



21
C

Reunião Ordinária – Ata nº 05/2014

Data – 2014-03-11

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 11.00 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores João Carlos Caseiro Gomes
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis
Luis Filipe Correia Dias
Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório
Avelino Manuel Conceição Manana

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos

Foram apresentadas justificações e consideradas justificadas as faltas dadas às reuniões de 7 e 28 de janeiro e 11, 14 e 25 fevereiro de 2014, pelo vereador Avelino Manuel Conceição Manana.



Resumo Diário da Tesouraria de 10-03-2014:

a) Dotações Orçamentais €5.215.926,36
b) Dotações não Orçamentais €141.252,15

Total das Disponibilidades €5.357.178,51



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção do vereador Avelino Manana, por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

01
at

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA (artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara e os restantes elementos do órgão executivo começaram por desejar um bom regresso ao trabalho e rápidas melhoras ao Vereador Avelino Manana.

□□

No sentido de esclarecer o que foi veiculado pela comunicação social, a Presidente da Câmara referiu que as negociações que decorrem com vista à aquisição do imóvel do Colégio de Fátima têm em vista que essa aquisição só se concretize após o termo do projeto educativo previsto para a instituição, que terminará apenas em 2016.

Reforçou, referindo que, pese embora possam ser adiantados alguns procedimentos, nomeadamente os levantamentos e os projetos de reabilitação do edifício e das acessibilidades, as obras só se iniciarão após o termo das aulas, pelo que não está em causa a continuidade das atividades letivas no Colégio de Fátima.

Tomado conhecimento.

□□

Relativamente ao procedimento de celebração acordos execução com as juntas de freguesia, deu conhecimento que aprovará, e sujeitará a ratificação na próxima reunião de câmara, a seguinte proposta:

"Que se delibere propor às Juntas de Freguesia do Município a celebração de acordos de execução relativos ao exercício das competências por parte das Juntas de Freguesia, quanto às matérias do artigo 132º nº 1 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, cujo âmbito material concreto e extensão (quanto às freguesias) fica dependente das necessidades e recursos, em particular humanos, a adstringir à execução;

Com este objetivo, que se convoquem brevemente as juntas de freguesia para "fórum" sobre as delegações passíveis de exercício, quanto às matérias do artigo 132º nº 1 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Que se promova, desde já, ao nível dos serviços municipais, a inventariação do que existe atualmente em matéria de delegação de competências, a análise, quanto aos protocolos atuais, distinguindo se estão no âmbito de acordos de execução ou de contratos interadministrativos, a justificação por que se opta por delegações de competências ou não; e ponderação de eventuais mecanismos de avaliação da execução por parte da Junta de Freguesia.

Após a obtenção de consenso formal com as juntas de freguesia, após as reuniões necessárias, serão os acordos aprovados nos órgãos autárquicos e objeto da divulgação necessária."

Tomado conhecimento.

21
CTP

A Presidente da Câmara deu conta que teve conhecimento, muito recentemente, que foi galardoada com o prémio "*The Tesla Sustainable Leadership Award*", que reconhece as melhores práticas das organizações e indivíduos nas áreas de negócio, governação, media e no setor social em termos de sustentabilidade e liderança, e foi atribuído em Mumbai, na Índia, e tornado público no dia 10 de março de 2014.

Acrescentou que é com enorme surpresa, mas também com muita satisfação pessoal que recebe esta notícia. Sente orgulho em receber esta menção em nome da comunidade abrantina, e não meramente em nome pessoal, como resultado do trabalho desenvolvido numa política de proximidade, por toda uma equipa.

Tomado conhecimento



Referiu que brevemente estarão reunidas as condições necessárias ao início da intervenção que a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados pretendem realizar na Estrada Nacional 118, em Alvega, que implicam a manutenção e substituição da rede de água, de saneamento e o rebaixamento do piso nalguns locais.

Disse também que esta obra trará grandes impactos no trânsito, nomeadamente com o desvio de todo o tráfego.

Tomado conhecimento

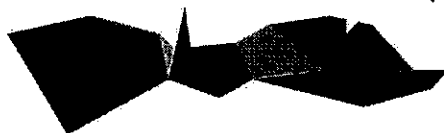


VEREADORA ELZA VITÓRIO

A vereadora Elza Vitória questionou sobre o andamento de uma carta entregue em 28.11.2013 pela APEOCA – Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Estabelecimentos de Ensino do Oeste do Concelho de Abrantes e solicitou a maior celeridade na resolução das questões enumeradas na mesma relativamente ao Centro Escolar de Rio de Moinhos.

A Presidente da Câmara esclareceu que o assunto está a ser acompanhado de perto pelos vereadores Celeste Simão e João Gomes.

As questões enumeradas não estão esquecidas, estando a ser feitos todos os possíveis para as resolver. Estão em causa também outras intervenções, sendo, algumas delas, só possíveis de concretizar fora do período escolar.



21
60

Reunião Ordinária – Ata nº 05/2014**Data** – 2014-03-11**Início** – 09.30 horas**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo** – 11.00 horas**Presenças:****Presidente** Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque**Vereadores** João Carlos Caseiro Gomes
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatós Reis
Luis Filipe Correia Dias
Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório
Avelino Manuel Conceição Manana**Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização** – Catarina Alexandra Justino Santos

Foram apresentadas justificações e consideradas justificadas as faltas dadas às reuniões de 7 e 28 de janeiro e 11, 14 e 25 fevereiro de 2014, pelo vereador Avelino Manuel Conceição Manana.

**Resumo Diário da Tesouraria de 10-03-2014:**

a) Dotações Orçamentais €5.215.926,36
b) Dotações não Orçamentais €141.252,15

Total das Disponibilidades €5.357.178,51



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção do vereador Avelino Manana, por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

el

W

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara e os restantes elementos do órgão executivo começaram por desejar um bom regresso ao trabalho e rápidas melhoras ao Vereador Avelino Manana.

□□

No sentido de esclarecer o que foi veiculado pela comunicação social, a Presidente da Câmara referiu que as negociações que decorrem com vista à aquisição do imóvel do Colégio de Fátima têm em vista que essa aquisição só se concretize após o termo do projeto educativo previsto para a instituição, que terminará apenas em 2016.

Reforçou, referindo que, pese embora possam ser adiantados alguns procedimentos, nomeadamente os levantamentos e os projetos de reabilitação do edifício e das acessibilidades, as obras só se iniciarão após o termo das aulas, pelo que não está em causa a continuidade das atividades letivas no Colégio de Fátima.

Tomado conhecimento.

□□

Relativamente ao procedimento de celebração acordos execução com as juntas de freguesia, deu conhecimento que aprovará, e sujeitará a ratificação na próxima reunião de câmara, a seguinte proposta:

"Que se delibere propor às Juntas de Freguesia do Município a celebração de acordos de execução relativos ao exercício das competências por parte das Juntas de Freguesia, quanto às matérias do artigo 132º nº 1 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, cujo âmbito material concreto e extensão (quanto às freguesias) fica dependente das necessidades e recursos, em particular humanos, a adstringir à execução;

Com este objetivo, que se convoquem brevemente as juntas de freguesia para "fórum" sobre as delegações passíveis de exercício, quanto às matérias do artigo 132º nº 1 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Que se promova, desde já, ao nível dos serviços municipais, a inventariação do que existe atualmente em matéria de delegação de competências, a análise, quanto aos protocolos atuais, distinguindo se estão no âmbito de acordos de execução ou de contratos interadministrativos, a justificação por que se opta por delegações de competências ou não; e ponderação de eventuais mecanismos de avaliação da execução por parte da Junta de Freguesia.

Após a obtenção de consenso formal com as juntas de freguesia, após as reuniões necessárias, serão os acordos aprovados nos órgãos autárquicos e objeto da divulgação necessária."

Tomado conhecimento.

el
Catarina

A Presidente da Câmara deu conta que teve conhecimento, muito recentemente, que foi galardoada com o prémio "*The Tesla Sustainable Leadership Award*", que reconhece as melhores práticas das organizações e indivíduos nas áreas de negócio, governação, media e no setor social em termos de sustentabilidade e liderança, e foi atribuído em Mumbai, na Índia, e tornado público no dia 10 de março de 2014.

Acrescentou que é com enorme surpresa, mas também com muita satisfação pessoal que recebe esta notícia. Sente orgulho em receber esta menção em nome da comunidade abrantina, e não meramente em nome pessoal, como resultado do trabalho desenvolvido numa política de proximidade, por toda uma equipa.

Tomado conhecimento



Referiu que brevemente estarão reunidas as condições necessárias ao início da intervenção que a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados pretendem realizar na Estrada Nacional 118, em Alvega, que implicam a manutenção e substituição da rede de água, de saneamento e o rebaixamento do piso nalguns locais.

Disse também que esta obra trará grandes impactos no trânsito, nomeadamente com o desvio de todo o tráfego.

Tomado conhecimento



VEREADORA ELZA VITÓRIO

A vereadora Elza Vitória questionou sobre o andamento de uma carta entregue em 28.11.2013 pela APEOCA – Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Estabelecimentos de Ensino do Oeste do Concelho de Abrantes e solicitou a maior celeridade na resolução das questões enumeradas na mesma relativamente ao Centro Escolar de Rio de Moinhos.

A Presidente da Câmara esclareceu que o assunto está a ser acompanhado de perto pelos vereadores Celeste Simão e João Gomes.

As questões enumeradas não estão esquecidas, estando a ser feitos todos os possíveis para as resolver. Estão em causa também outras intervenções, sendo, algumas delas, só possíveis de concretizar fora do período escolar.

21
G

ORDEM DO DIA

(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Nº 01 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um ofício do Ministério da Defesa - Exército Português - Regimento de Artilharia Nº 4, que dá conta da realização de exercícios de fogos reais no polígono de tiro da Brigada Mecanizada, nos dias 26 e 27 de março de 2014. - 159765

Tomado conhecimento.



Nº 02 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um ofício do Ministério da Defesa - Exército Português - Regimento de Artilharia Nº 15, que dá conta da realização de exercícios de fogos reais no polígono de tiro da Brigada Mecanizada, no dia 13 de março de 2014. - 160861

Tomado conhecimento.



Nº 03 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um ofício do Ministério da Defesa - Exército Português - 2º Batalhão de Infantaria Mecanizado, que dá conta da realização de exercícios de fogos reais no polígono de tiro da Brigada Mecanizada, no dia 20 de março de 2014. - 161281

Tomado conhecimento.



Nº 04 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 28 de fevereiro de 2014, que aprovou o apoio e a colaboração solicitada pela Associação Centro Comercial Ar Livre, de Abrantes, na impressão de flyers e convites/Informações para realização de uma atividade de Carnaval no Centro Histórico de Abrantes, na tarde do dia 4 de março de 2014. - 160760

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

01
ck

Nº 05 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 28 de fevereiro de 2014, que aprovou o fornecimento de areia aos cemitérios do Município, no âmbito da comemoração do dia 1 de novembro, Dia de Todos os Santos (Dia de Finados). - 141872

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara e remeter à Assembleia Municipal para autorização, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Departamento de Administração e Finanças

Nº 06 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência da deliberação nº 05 tomada na reunião realizada em 11 de fevereiro de 2014, remete de novo para aprovação, o relatório de Avaliação do Direito de Oposição relativo ao ano de 2013. - 155579

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do vereador eleito pela CDU, Avelino Manana e com o voto contra da vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitório, aprovar o relatório de Avaliação do Direito de Oposição relativo ao ano de 2013.

O vereador Avelino Manana absteve-se por considerar que o tempo que a CDU esteve na Câmara Municipal durante o ano de 2013 é reduzido e que impossibilita uma opinião objetiva sobre o cumprimento do estatuto da oposição.

A vereadora Elza Vitório apresentou a seguinte declaração de voto:

"Embora o mandato da atual Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata, tenha sido iniciado em 19 de outubro de 2013, e certo, que não há um compartimento estanque entre mandatos e por este facto, a sua posição relativamente a avaliação em apreço, assenta sobretudo no que aconteceu no período (maioritário) do mandato anterior.

A vereadora do PSD vota contra a aprovação do Relatório da Avaliação do Direito da Oposição, relativo ao ano de 2013, em virtude de não ter sido respeitado o Estatuto do Direito da Oposição.

É, na verdade, incompreensível que o mandato anterior tenha terminado sem que tenha sido satisfeito o pedido de informação sobre o autor do protocolo da RPP solar, apresentado, pela primeira vez, em 20 de Fevereiro de 2012, pedido esse que foi sendo repetido ao longo do ano de 2013 sem que, até hoje, tivesse sido respondido.

Ora, os vereadores têm não só o direito de pedir informações como a Senhora Presidente tem o dever de as prestar no prazo de 10 dias, independentemente do incómodo que a pergunta possa causar.

Acontece que já passaram dois anos e a informação ainda não foi prestada.

Além disso, o Boletim "Passos do Concelho" continua a ser um boletim de divulgação e propaganda exclusiva da maioria socialista do executivo camarário, onde até as intervenções e as propostas dos vereadores da oposição foram selecionadas e censuradas pela Senhora Presidente."

Ata da reunião de 11 de março de 2014

01
A

Divisão Financeira

Nº 07 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que remete para ratificação do órgão executivo, o seu despacho de 25 de fevereiro de 2014, que aprovou o parecer prévio vinculativo, para aquisição de serviços com vista à realização do espetáculo musical com o artista Pedro Abrunhosa e Comité Caviar, no dia 28 de fevereiro de 2014, pelo valor de 7.384,95€ (sete mil trezentos e oitenta e quatro euros e noventa e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - 157000

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 08 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que remete para ratificação do órgão executivo, o seu despacho de 22 de fevereiro de 2014, que aprovou de novo, o montante da garantia no valor de 301.840,23€ (trezentos e um mil oitocentos e quarenta euros e vinte e três cêntimos), no âmbito da candidatura apresentada ao PRODER designada por "Manutenção e Gestão Florestal, uma vez que na reunião extraordinária de 14 de fevereiro de 2014, foi ratificado o montante do adiantamento solicitado (274.400,21€), quando deveria ter referido o montante da garantia a prestar, correspondente a 110% desse adiantamento, ou seja, 301.840,23€ (trezentos e um mil oitocentos e quarenta euros e vinte e três cêntimos). - 121590

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 09 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 22 de fevereiro de 2014, que remete para aprovação, parecer prévio vinculativo, referente à aquisição de serviço técnico especializado em conservação e restauro de pedra e azulejo para "Conservação e restauro de parte dos túmulos e azulejos mudéjares que encimam e ladeiam as pinturas a fresco da Igreja de Santa Maria do Castelo", à firma "Mural de História-Restauro da Pintura Mural, Lda.". - 114075

A vereadora Elza Vitório disse não estar em causa a importância do trabalho, mas é necessário os processos serem acompanhados por mais algumas informações, por forma a habilitar a decisão e também por uma necessidade de transparência.

01
Cte

A Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos relativos aos antecedentes deste processo. Era sua convicção que os documentos disponibilizados continham toda a informação necessária, pelo que se irá verificar essa questão.

O vereador Luis Dias esclareceu que no parecer prévio vinculativo que foi disponibilizado, a todo o executivo, nos documentos de suporte às reuniões de câmara, estão clarificadas todas as questões agora colocadas pela vereadora Elza Vitório.

Deliberação: Por maioria, com o voto contra da vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitório, aprovar o referido parecer prévio vinculativo, para "Conservação e restauro de parte dos túmulos e azulejos mudéjares que encimam e ladeiam as pinturas a fresco da Igreja de Santa Maria do Castelo", nos termos da referida informação da Divisão Financeira.

A vereadora Elza Vitório fundamentou o sentido do seu voto na falta de informação necessária para habilitar convenientemente a decisão e apresentou seguinte declaração de voto:

- *"Que tipo de trabalhos vão ser desenvolvidos?"*
- *Qual a extensão da intervenção?*
- *Qual o valor estimado?*

Estas questões são colocadas ao abrigo da necessidade de transparência que é devida aos Organismos.

A não existência da referida transparência conduz a que o nosso voto seja contra."



Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Divisão Financeira, remete para aprovação o parecer prévio vinculativo com vista à "Aquisição de serviços para assistência técnica das impressoras, fotocopiadoras e faxes do Município de Abrantes", pelo período de 3 anos, à empresa Maxicópia, Sociedade de Equipamentos de Escritório, Lda, pelo valor anual de 12.420€ (doze mil quatrocentos e vinte euros), a que corresponde um valor total de 37.260€ (trinta e sete mil duzentos e sessenta euros), acrescidos de IVA, à taxa legal em vigor. - 159875

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio vinculativo, nos termos e com os fundamentos da citada informação da Divisão Financeira.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Divisão Financeira, remete para aprovação o parecer prévio vinculativo com vista à "Aquisição de serviços para a revisão da Carta Educativa do Concelho de Abrantes", pelo período de 1 ano, à empresa Via educação, Lda., pelo valor de 23.250€ (vinte e três mil duzentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA, à taxa legal em vigor. - 159309

21
Gt

A vereadora Elza Vitório apresentou um conjunto de questões sobre a revisão da Carta Educativa.

A Presidente da Câmara e a vereadora Celeste Simão esclareceram o seguinte:

- A revisão da Carta Educativa é obrigatória. Além do seu período temporal já ter terminado, esta deve ser atualizada sempre que há alterações no ordenamento da rede educativa.
- A Câmara Municipal possui poucos recursos humanos na área da educação e estes têm a seu cargo muitas matérias, como a gestão do parque escolar, das refeições e dos transportes escolares e auxílios económicos. Como é óbvio, haverá muito trabalho a ser desenvolvido pelos técnicos da autarquia e estes estarão também envolvidos com a equipa responsável.
- Por outro lado, a Carta Educativa sendo um documento de grande relevância, importa ser conduzida por técnicos habilitados, também do ponto de vista sociológico, e nem a câmara nem os agrupamentos estão habilitados para isso.
- Serão ouvidos e envolvidos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e todos os parceiros do Conselho Municipal de Educação, bem como outros intervenientes da comunidade educativa.
- Relativamente ao preço, foram consultadas outras empresas habilitadas à realização deste trabalho e este não é o valor mais elevado.
- Por último, referiram que a Carta Educativa não deve refletir as perceções internas da autarquia, por esta estar envolvida diretamente, mas sim uma perceção exterior, um olhar de fora.

Deliberação: Por maioria, com o voto contra da vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitório, aprovar o referido parecer prévio vinculativo, nos termos e com os fundamentos da citada informação da Divisão Financeira.

A vereadora Elza Vitório, pese embora os esclarecimentos prestados, fundamentou o sentido do seu voto na falta de informação necessária que para habilitar convenientemente a decisão e apresentou a seguinte declaração de voto:

- *"Porque razão é necessário adjudicar serviços ao exterior para rever a Carta Educativa do Concelho de Abrantes?"*
- *Os Serviços do Município não são competentes para o fazer?*
- *Os Agrupamentos escolares não poderão dar o seu contributo?*
- *As Entidades do Concelho, por exemplo, as que fazem parte do Conselho Municipal de Educação, não poderão também dar o seu contributo?*
- *O Projeto Educativo, adjudicado a Universidade Católica (Porto) não tem informação a ter em conta?*
- *A adjudicação de serviços ao exterior, tem um custo de €23.250,00 mais IVA, montante elevado*
- *Face ao acima exposto, votamos contra."*

21
A

Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a alteração à minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes e a ADIMO – Associação de Melhoramentos Integrado de Mouriscas, para recuperação do edifício onde funcionaram as antigas Escolas Primárias de Mouriscas, designadamente, a retificação das cláusulas 4ª e 5ª do referido protocolo. - 126110

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração da referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

□□□

Divisão de Desporto e Juventude

Nº 13 – Para conhecimento, o Vereador Luís Dias, no âmbito do plano de atividades para 2014 da Divisão de Desporto e Juventude, remete o seguinte resumo quinzenal, a levar a efeito de 11 a 24 de março do corrente ano - 161259

Atividade/Evento	Local	Dia	Hora
Torneio Ténis de Mesa Org: Sporting Clube de Abrantes	Instalações da Antiga Rodoviária	15 março	14H00
10ª Edição Torneio Concelhio de Escolinhas de Futebol	Campo de Jogos de Vale das Mós	22 março	14H30
Rota dos Cabeços de São Miguel I – Passeio Pedestre Org: Casa do Povo de São Miguel do Rio Torto	Casa do Povo de São Miguel do Rio Torto	23 março	09h00
1ª Meia Maratona-BTT Org: Núcleo Sportinguista De Alferrarede	Parque Urbano de São Lourenço	23 março	09H00
Campeonato Regional Centro Sul Interior-Squash	Sala de Squash da Cidade Desportiva	23 março	Tarde

Tomado conhecimento.

□□

Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, a solicitar autorização para apoio logístico à realização dos circuitos de BTT e Cicloturismo Abrantes 2014, em articulação com as atividades do concelho, bem como a isenção das respetivas taxas de licenciamento. - 156247

Deliberação: Por unanimidade, autorizar o apoio logístico das referidas atividades, bem como a dispensa do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 432,00€ (quatrocentos e trinta e dois euros), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Ata da reunião de 11 de março de 2014

01

CS

Nº 15 - Proposta de Deliberação do vereador Luis Dias, na sequência de um pedido de Maria do Céu Tapadinhas, na qualidade de guia de grupo de peregrinos de Castelo de Vide, a solicitar a cedência de alojamento para a pernoita de 30 pessoas, de 10 para 11 de maio de 2014. - 154994

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência das instalações do Estádio Municipal de Abrantes, no dia e horas solicitadas para pernoita dos peregrinos, por analogia com o apoio aos peregrinos em anos transatos.

À Divisão de Desporto e Juventude para os devidos efeitos.



Nº 16 - Proposta de Deliberação do vereador Luis Dias, respeitante a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, na sequência do pedido da Associação de Futebol de Santarém, a solicitar a cedência do campo nº 2 da Cidade Desportiva de Abrantes, com isenção do pagamento das respetivas taxas, com vista à realização das concentrações dos encontros de Traquinas e Petizes de Sub-9, Sub-8, Sub-7 e Sub-6, a levar a efeito no dia 31 de maio de 2014. - 160235

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do campo nº 2 da Cidade Desportiva de Abrantes, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 106,41€ (cento e seis euros e quarenta e um cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município, em virtude do envolvimento direto de 26 equipas, algo que trará a Abrantes centenas de atletas, treinadores, dirigentes e demais acompanhantes.

À Divisão de Desporto e Juventude para os devidos efeitos.



Nº 17 - Proposta de Deliberação do vereador Luis Dias, respeitante a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, remetendo para aprovação, a isenção do pagamento de taxas, com vista à realização do 4º encontro de natação, no dia 19 de março de 2014, no complexo Municipal de Piscinas de Abrantes, no âmbito do Desporto Escolar, organizado pelo Cento de Recuperação e Integração de Abrantes. - 160961

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 245,16€ (duzentos e quarenta e cinco euros e dezasseis cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município, tendo em conta que se trata de um evento anual, com a participação de alunos com necessidades educativas especiais, numa modalidade de forte promoção da formação do carácter, da coesão e da inclusão social.

01
G

Nº 18 - Proposta de Deliberação do vereador Luis Dias, respeitante a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, remetendo para aprovação, a isenção do pagamento de taxas, com vista à realização do "Mega Sprinter Regional" no dia 12 de março de 2014, na pista de atletismo da Cidade Desportiva, organizado pela Coordenação Local do Desporto Escolar da Lezíria e Médio Tejo, no âmbito do Desporto Escolar. - 160958

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 23,49€ (vinte e três euros e quarenta e nove cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município, nos termos da referida informação da Divisão de Desporto e Juventude e em virtude do apoio continuado do Município a estes projetos regionais e à transversalidade das práticas desportivas nos complementos curriculares dos inúmeros atletas envolvidos.



Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo

Nº 19 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre a Associação Vidas Cruzadas e o Município de Abrantes para apoio à Loja Social Itinerante, nomeadamente pela cedência de transporte de mobiliário e eletrodomésticos. - 161312

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara, para a sua assinatura.



Nº 20 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo, datada de 5 de março de 2014, remete para aprovação, a atribuição de auxílio económico a duas crianças do 1.º ciclo, previsto na ação social escolar, por haver reposicionamento no 2.º escalão.- 156840

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição do auxílio económico solicitado, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo.



Nº 21 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, o Plano de Ação para a Cidadania, Igualdade e Não Discriminação referente ao ano de 2014. - 153878

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido Plano referente ao ano de 2014.

À Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo, para os devidos efeitos.

Ata da reunião de 11 de março de 2014

CL
Cet

Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação do Serviço de Educação da Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo, datada de 12 de fevereiro de 2014, sugerindo a atribuição de uma verba anual destinada ao pagamento de telefone das escolas do 1º ciclo e jardins de infância do concelho, calculada em função do número de alunos, sendo que: - 157945

- Escolas e J.I. com menos de 25 alunos – 70,00 €
- Escolas e J.I. de 25 a 50 alunos – 80,00 €
- Escolas e J.I. de 51 a 100 alunos – 100,00 €
- Escolas com mais de 100 alunos – 120,00 €
- Escolas com mais de 150 alunos – 150,00€
- Escolas com mais de 200 alunos – 170,00€
- Escolas com mais de 250 alunos – 200,00€

Esta verba será atribuída anualmente e servirá para pagar as chamadas oficiais feitas em cada escola.

A verba atribuída a cada escola, que consta dos quadros anexos, será depositada na conta dos agrupamentos, que farão com as escolas a sua gestão, repartindo-se da seguinte forma:

- Agrupamento de Escolas N.º 1 de Abrantes - 1.300,00€;
- Agrupamento de Escolas nº 2 de Abrantes - 840,00€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de verba a cada escola, nos termos da referida informação e anexos que se dão por transcritos, que será depositada na conta dos agrupamentos respetivos.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Unidade Orgânica de 3º grau de Projetos e Empreitadas

Nº 23 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 39 da UOPE - Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 27 de fevereiro de 2014, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Castelo/Fortaleza de Abrantes – Escoramento de Troço de Muralha", adjudicada à Sociedade C.V.F. – Construtora Vila Franca, Lda., para efeitos de receção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.

21

Nº 24 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo a informação nº 41 da Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 28 de fevereiro de 2014, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Requalificação da Praça D. Francisco de Almeida", com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 21.01.2011, que corresponde a um tempo decorrido de 3 anos completos, e tendo em conta que foi já liberada 60% relativa ao primeiro e segundo anos, conforme deliberações de CMA de 08.10.2012 e 01.04.2013, poderá ser liberada agora mais 15% (5.184,48 €) da caução da obra, correspondente ao 3º ano, para o efeito poderá ser:

- Reduzida a garantia bancária N2542.000807.393, da Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante de 5.184,48 €.

Após esta redução a referida garantia apresentará o valor de 8.470,60 €.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 41 da UOPE – Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 28 de fevereiro de 2014.



Nº 25 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 43 da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 05 de março de 2014, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Repavimentação da Estrada da Zona Industrial e Troço da Rua Comendador Eduardo Duarte Ferreira, em Tramagal – Abrantes", para efeitos de receção provisória.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória, devendo proceder-se à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de janeiro.



Nº 26 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 07 de fevereiro de 2014, que aprovou a sinalização do Plano de Estaleiro constante do aditamento ao Plano de Segurança e Saúde da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", assim como, as alterações temporárias ao trânsito, mediante a elaboração do respetivo edital, por parte da Divisão de Serviços Urbanos. – 155074

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse

21

ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do Vice-Presidente da Câmara.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 27 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 24 de fevereiro de 2014, acerca da alteração ao alvará de loteamento nº 18/92 – alteração das características do lote B, sito em Portela, freguesia de Martinchel, Abrantes, requerido por Adelina Maria Inácio Alves Garcia. - 118291

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a ampliação de área de implantação proposta para o Lote B, de 115m2 previstos no alvará aprovado para 270m2, de acordo com o polígono previsto na planta apresentada, nos termos e com os fundamentos da referida informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 28 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes, no seguimento de uma informação da DOGU – Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, acerca do procedimento de elaboração e fornecimento de estudos de revisão do Plano Diretor Municipal e da cessação da posição contratual para a firma "ImproveConsult – Consultoria e Estudos, Lda.", aprovada por deliberação da Câmara Municipal de 05 de agosto de 2013, para que pudesse ser dada continuidade aos trabalhos, nos termos do nº 1 e nº 2 do Artigo 319º do Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação).

Mais refere que não chegou a ser celebrado contrato com a firma "ImproveConsult – Consultoria e Estudos, Lda.", e que esta, através de carta datada de 12 de fevereiro de 2014, comunicou a impossibilidade em assumir a posição contratual em causa, por razões internas que terão sido expostas em contactos havidos. Mais refere que a empresa "SVI – Serviços Integrados, Lda." com quem inicialmente o Município de Abrantes tinha celebrado contrato, vem insistindo na libertação da garantia bancária, invocando não ter de continuar a ser onerada com os custos da manutenção dessa garantia.

Informa ainda que, para a finalização deste processo, estima-se um valor que não ultrapassará 40.000€, mais IVA, e sugere que sejam tomadas diligências para uma solução para a prossecução deste processo, sem prejuízo da salvaguarda do interesse público. - 122025

A vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitório, disse ter algumas dúvidas relativamente a este assunto, pelo que sugeriu que o mesmo fosse retirado da ordem de trabalhos e agendado para

01

outra reunião, para possibilitar análise do processo. A não ser assim, votaria contra, por não ter informação suficiente.

O vereador João Gomes deu conhecimento dos antecedentes do processo e explicou os procedimentos que estão aqui em causa.

A Presidente da Câmara disse que assunto se deve manter na ordem de trabalhos, por forma a não condicionar o andamento do processo de revisão e também a libertação da garantia bancária.

Disponibilizou-se a prestar os esclarecimentos a todos os pontos referidos, em complemento ao que foi referido pelo vereador João Gomes.

Disse, contudo, que o que aqui está em causa não é nova adjudicação, mas sim, a revogação da deliberação de 5 de agosto de 2013 e a libertação da garantia bancária, pelo que julga que os esclarecimentos prestados pelo vereador João Gomes são suficientes para análise e decisão sobre esta questão.

A vereadora Elza Vitório disse estar mais elucidada, mas que, ainda assim, subsistem dúvidas, pelo que, não sendo o assunto retirado, mantém o seu sentido de voto.

Deliberação: Por maioria, com o voto contra da vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitório, revogar o teor da deliberação de 05 de agosto de 2013, no que à (referida) cessação da posição contratual diz respeito, em resposta e em função da comunicação efetuada pela firma "ImproveConsult — Consultoria e Estudos, Lda", por correspondência datada de 12 de fevereiro de 2014.

Mais foi deliberado, por maioria, com o voto contra da vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitório, dar idêntico conhecimento dessa decisão à firma "SVI – Serviços Integrados, Lda", expondo as razões para a mesma, propondo a esta – como resposta aos insistentes pedidos de libertação da garantia bancária "BCP nº 125-02-1345796" - a elaboração de acordo de revogação (como forma de extinção) do Contrato nº 12/2008, nos termos dos Artigos 330º, alínea b), e 331º do Código dos Contratos Públicos. Para o efeito e na sequência desta deliberação, deverá ser preparado esse acordo de revogação, o qual deverá salvaguardar (entre outras cláusulas que do ponto de vista jurídico se entenda dever acautelar) a entrega por parte dessa firma de Declaração de reconhecimento de propriedade do Município de Abrantes, sem prejuízo do direito de autor, dos elementos até agora fornecidos no âmbito deste processo de revisão, de modo a servirem de suporte à elaboração dos trabalhos em falta e não comprometerem o teor do Artigo 12º do Caderno de Encargos ("*Propriedade do Plano Director Municipal*").

De igual modo, o mesmo acordo deverá salvaguardar o interesse dessa firma na libertação da citada garantia bancária, assim que seja celebrado por ambas as partes.

Foi ainda deliberado, por maioria, com o voto contra da vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitório, com base na estimativa global referida na informação do DOGU e de modo a agilizar novo procedimento de contratação pública, autorizar a DOGU a iniciar a preparação de procedimento de Ajuste Direto, uma vez que o valor previsto se encontrará claramente aquém do limite máximo para a escolha desse procedimento, nos termos do Artigo 20º do CCP.

Pl

A vereadora Elza Vitório, pese embora os esclarecimentos prestados, fundamentou o sentido do seu voto na falta de informação necessária que para habilitar convenientemente a decisão e apresentou a seguinte declaração de voto:

"O texto apresentado não é esclarecedor, não cumpre a obrigação de transparência não permitindo uma decisão de voto assente num completo suporte documental e informativo, pelos seguintes motivos:

Onde está o texto do contrato celebrado com a empresa "SVI — Serviços Integrados, Lda"?

Porque que motivo o contrato não foi cumprido?

O Município tinha motivos para resolver o contrato?

Quem propôs a cessão da posição contratual?

Quem sugeriu o nome do cessionário?

Que diligências foram feitas para avaliar a capacidade do cessionário para cumprir o contrato?

Porque não foi efetivada a cessão?

Se a Câmara autorizou (partindo do pressuposto que na reunião de 5/8/2013 foi deliberado autorizar a CESSÃO da posição contratual), porque motivo não ficou logo deliberado libertar a garantia bancária mediante a apresentação de nova garantia pelo cessionário?

O que é que a empresa "SVI — Serviços Integrados Lda" ganhou com o facto de estar há 7 meses com uma garantia bancária presa? -

Está previsto no contrato cláusula indemnizatória, em que termos?

Quem é que estimou que a conclusão do contrato não ultrapassa €40 000,00, mais IVA?

Quanto foi pago a empresa "SVI — Serviços Integrados Lda"?

O que é que esta alteração significa em termos de desvio do valor inicialmente previsto para os serviços contratados? -

Há indemnizações a pagar? Por quem? A que título?

O Município deixou de cumprir alguma ou algumas das obrigações para si, derivadas do contrato? E o prestador de serviços?

Quando é que foi deliberado autorizar a DOGU a iniciar preparação de procedimento de ajuste direto?

De um órgão de Soberania exige-se uma terminologia tecnicamente correta

CESSÃO = Transmissão; CESSACÃO = Fim

FIRMA = Nome da Sociedade Comercial; -

Face ao acima exposto, propomos que este assunto seja retirado da presente ordem de trabalhos, e que seja reunida a informação em falta, para que se possa deliberar cabalmente.

Se o ponto em apreço se mantiver para deliberação na presente reunião de 11/3/2014, votamos contra."

□□

Nº 29 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

21

Divisão de Manutenção, Transportes

Nº 30 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, referente a uma informação da Divisão de Manutenção e Transportes, datada de 27 de fevereiro de 2014, que remete para aprovação, a dispensa do pagamento de tarifas, no valor de 427,20€ (quatrocentos e vinte e sete euros e vinte cêntimos), respeitantes a um transporte efetuado por um pesado de mercadorias e respetivo assistente operacional pelo período de 8 horas, para recolha de brinquedos destinados a crianças dos 6 aos 12 anos, oferecidos à Loja Solidária "SOL" do Centro Social Interparoquial de Abrantes, pela empresa vinícola "Casa Ermelinda", na localidade de Fernando Pó, em Palmela - 158508

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a dispensa do pagamento de tarifas, no valor de 427,20€ (quatrocentos e vinte e sete euros e vinte cêntimos), nos termos da referida informação da Divisão de Manutenção e Transportes.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 31 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que remete para ratificação do órgão executivo, o seu despacho de 19 de fevereiro de 2014, que aprovou a transferência do mercado grossista para o edifício da antiga rodoviária, nos dias 17 e 24 de fevereiro, 3 e 10 de março de 2014, devido à realização da Feira de S. Matias, no local onde habitualmente tem lugar este mercado. - 157828

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas onze horas.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

António R. de Sá

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

C. Alexandre Festino Silva

Município de Abrantes

Data: 06/03/2014

Folha: 1

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 11.03.2014

Processo		Requerente, Residencia		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG20040/2011:45133	10/10/2011	207503290	Carla Maria Ferreira Canha de Oliveira / Rua Afonso Vasques Correia,n.º 38 - 1.º Esq - Abrantes - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Reconstrução de habitação / Casalão - Mouriscas	Despacho	19/02/2014	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG18234/2013:149803	11/12/2013	120699800	Estevão do Rosário Martins / Rua João Augusto Silva Martins - São Miguel do Rio Torto - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Substituição de cobertura de habitação / Rua João Augusto Silva Martins, n.º 12 - São Miguel do Rio Torto - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	19/02/2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG17884/2013:148919	05/12/2013	116653701	Joaquim Agostinho / Rua de Bolama, n.º 23 - Amora - Seixal	Alteração de edifício destinado a garagem / Rua da Travessa da Praça - São Miguel do Rio Torto - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	19/02/2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG15080/2012:88307	10/09/2012	119166569	Maria Ventura Marques / Rua Conceição Sameiro Antunes, n.º18 - 4ª Dte - Almada	Legalização de Cozinha Rústica e construção de piscina / Rua de Cima, n.º 3 - Alvega - União das freguesias de Alvega e Concavada	Despacho	19/02/2014	Deferida licença e a admissão da comunicação prévia (respeitante à construção da piscina), nos termos sugeridos.

Município de Abrantes

Data: 06/03/2014

Folha: 2

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 11.03.2014

Processo	Número	Data	Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
			NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG18191/2013:149708	11/12/2013	500851085		Centro Social de Alferrarede / Rua do Diu n.º 2 - Apartado 49 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Ampliação e alteração de edifício destinado a Centro de Dia / Rua de Goa - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	20/02/2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica, considerando dispensável a previsão de mais lugares de estacionamento, uma vez que só sobre a área de ampliação essa afetação seria equacionável e que essa área de construção será afeta a serviços do próprio equipamento, sem mais possibilidade de acesso de viaturas a esse setor do que o já existente (e considerado suficiente). Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito
PG12027/2013:132817	06/08/2013	116769599		Carlos Pires Silveiro / Rua do Amoníaco nº 16 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Legalização de telheiro / Rua do Amoníaco nº 16 - Bairro da UFA - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	20/02/2014	Deferida licença, nos termos sugeridos
PG13535/2013:136998	11/09/2013	123254450		Isabel Maria Ramos Rodrigues Lopes / Travessa das Monicas, nº 45 - Lisboa	Alteração de habitação / Estrada Nacional 118 - Pego	Despacho	20/02/2014	Deferida licença, nos termos sugeridos
PG20651/2012:101816	20/12/2012	168965160		João Ferreira Barreir / Rua Direita, n.º 185 - Tramagal	Alteração / legalização de habitação - Rua Direita, n.º 185 - Crucifixo - Tramagal	Despacho	20/02/2014	Deferida licença, nos termos sugeridos

Município de Abrantes

Folha: 3

Data: 06/03/2014

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 11.03.2014

Processo	Data	Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
		NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG16816/2013:145790	13/11/2013	186453310	Maria João da Silva Coelho Marques / Urbª Casal da Preta, Rua José Afonso, nº 349 - Abrantes - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteração / legalização em habitação - Rua dos Muros Brancos - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	20/02/2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito. Em processo paralelo e no prazo máximo de 15 (quinze) dias, deverá a requerente proceder à instrução da regularização dos muros de vedação.
PG9171/2012:75084	21/05/2012	158794800	José Inácio Fernandes Grilo / Estrada Nacional 118, n.º 190 - Tramagal	Legalização e Alteração / Rua da Quinta dos Bicos - Tramagal	Despacho	27/02/2014	Admitida Comunicação Prévia prevista na alínea c) do nº 4 do Artigo 4º do RIUE.
PG2104/2013:107079	04/02/2013	110485063	José Bento Esteves / Travessa do Estacal, n.º 7 - Abrantes	Legalização de moradia / Rua do Estacal - Casais de Revelhos - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	28/02/2014	Deferida licença, nos termos sugeridos
PG827/2014:154244	16/01/2014	113059736	Maria Anunciação Loureiro Mateus Grosso / Avenida Marquês de Pombal Lote 22 - Leiria	Ampliação de habitação / Lameira - Barrada - União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Despacho	03/03/2014	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG16578/2013:145196	08/11/2013	158792491	Maria dos Anjos Pombo Baptista dos Santos / Rua Luis de Freitas Branco, lote 339 - Trigueira Norte	Legalização de edifício de habitação e alfaías agrícolas / Rua das Escolas / Rua do Estacal - Casais de Revelhos - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	03/03/2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.

Município de Abrantes

Data: 06/03/2014

Folha: 4

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 11.03.2014

Processo	Data	Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
		NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG13691/2013:137364	13/09/2013	113118414	Maria da Graça Guilhermina Rolão / R. Fernão Rodrigues Pacheco, Vivenda S. Miguel, 1ª	Legalização de anexo e muro / Rua da Sociedade - Alferrarede - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	03/03/2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito. Reitera- se a necessidade da ficha de pormenorização dever ser corrigida, uma vez que o seu título identifica uma parede simples como se tratando de uma parede dupla.

MUNICÍPIO DE ABRANTES

PC
G

Data : 06/03/2014

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2014/03/11

Folha : 1

PROCESSO			REQUERIMENTO		REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número			Número	Tip	Data
04.04	09000107	2009/03/18	RJE	13000488	2013/12/20	0127182756 JOSE CARLOS DA SILVA COENTRO RUA PRINCIPAL, N° 4	14000046	DES	2014/02/26
08.04	09000114	2009/03/24	RJE	09000614	2009/04/01	0500746575 CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO ROSSIO AO SUL DO TESO LARGO D. JOANA GODINHO SOARES MENDES ROSSIO AO SUL DO TESO	14000045	DES	2014/02/26
05.03	10000092	2010/03/05	APROUSEP	10001015	2010/06/09	0113512929 GUSTAVO JOSE GOMES FERREIRA RUA DR. ANTONIO FERREIRA BAIXEIRO, N° 93	14000050	DES	2014/02/28
06.03	10000336	2010/08/18	RJE	10002067	2010/11/22	0204970784 CARLA MARIA DIAS SOARES PEREIRA RUA DA PALMEIRA, N° 3, 1° ANDAR CHALINÇA	14000051	DES	2014/02/28

*** processado por computador ***
*** sistemas informa ***

10.02.2014:Notifique-se em conformidade, fixando-se o prazo proposto.

2014.02.14:Deferido

2014.02.14:Deferido

Reservado 1ar residência
LARGO D. JOANA GODINHO SOARES MENDES

06.02.2014:Notifique-se em conformidade fixando-se o prazo proposto.

Legalização armazém
RUA PRINCIPAL

10.02.2014:Notifique-se em conformidade, fixando-se o prazo proposto.

2014.02.14:Deferido

2014.02.14:Deferido

2014.02.14:Deferido

2014.02.14:Deferido

2014.02.14:Deferido

2014.02.14:Deferido